

■ LINHA DE TRANSMISSÃO

Atraso em licença compromete Jirau

DA AGÊNCIA ESTADO

O atraso na liberação de licença ambiental para a construção da linha de transmissão de energia do Complexo do Rio Madeira pode comprometer a rentabilidade do projeto de Jirau. O consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), responsável pela usina, conta com a antecipação em um ano do início das operações – de março de 2013 para março de 2012 – para gerar receita que compense o baixo valor oferecido pela tarifa no leilão realizado em 2008.

“Estamos buscando alternativas para minimizar o impacto deste atraso, seja antecipando o cronograma de crescimento de produção ou aumentando a capacidade de geração da usina”, disse o diretor de Engenharia do consórcio Maciel Paiva.

O atraso no início do funcionamento não tem qual-

quer impacto no atendimento da demanda, dizem especialistas, já que a oferta prevista contempla o crescimento do mercado. Mas o tema foi o principal destaque na primeira reunião da presidente Dilma Rousseff com o setor elétrico, em janeiro, por causa do comprometimento da rentabilidade dos investidores e, consequentemente, de todo o modelo.

CONTRATO. O contrato assinado na época do leilão prevê para março de 2013 o início da geração de energia para o mercado cativo e gradual aumento de capacidade ao longo do ano. Porém, a linha de transmissão, com 2,369 mil quilômetros de extensão, ligando Porto Velho (RO) a Araraquara (SP), teria de ser concluída um ano antes para os testes de comissionamento.

O consórcio responsável por Jirau, formado pelas empresas Suez, Camargo Corrêa, Eletrosul e Chesf, venceu o leilão oferecendo tarifa de R\$ 71,40. Estrategicamente, pretendia anteci-

par a receita durante o período do comissionamento para garantir o retorno do investimento. A usina foi orçada em R\$ 8,7 bilhões e a linha de transmissão, em R\$ 3 bilhões. Hoje, o valor da energia no mercado livre está em torno de R\$ 120, quase 70% acima da tarifa proposta pelo consórcio para o mercado cativo.

Segundo o diretor de Energia do ESBR, entre as alternativas para minimizar o impacto do atraso está o pedido feito à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para aumentar a capacidade da usina de 3,3 mil para 3,75 mil megawatts (MW), com a colocação de seis turbinas a mais do que o previsto. Outra medida, diz o diretor, é a construção simultânea da segunda casa de força, que disponibilizaria mais energia num prazo menor.

“Com a conclusão desta obra, assim que o linhaõ ficar pronto já estaremos com 20 turbinas disponíveis de uma

só vez para a venda da energia no mercado livre, sem a necessidade de crescimento gradual, como faríamos a partir de março”, disse.

Em dezembro, o Ibama concedeu a licença prévia de construção do canteiro da obra, o que permite que os equipamentos da linha de transmissão comecem a ser depositados no local. Na época da liberação do documento, o consórcio formado pela Cteep (51%) Furnas (24,5%) e Chesf (24,5%), anunciou que a obra seria concluída em 18 meses, caso a licença definitiva saísse ainda em fevereiro de 2011. O consórcio responsável pela construção da linha de transmissão não comenta o atraso no início da obra.

O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Nivalde Castro lembra que o consórcio não tem sequer como pressionar os construtores do linhaõ, já que o atraso se deve à liberação da licença ambiental.